
**06. DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O GENOCÍDIO AFRICANO:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ESPAÇOS DE MEMÓRIA EM
LARANJEIRAS/SE E SALVADOR/BA¹**

Eline Ramos Costa²
Mariana Selister Gomes³

Introdução

O Turismo é uma atividade que tem como objetivo não só a geração de divisas, como também, a aproximação de culturas, a troca de experiências, a preservação de bens culturais e naturais (Dias, 2006). O fenômeno turístico possibilita, ainda, ações de caráter social e educativo, com uma relação complementar aos espaços de memória – sendo estes, locais que podem trazer para o visitante diferentes sensações, como entretenimento, aprendizado, sensibilização ou descaso, dependendo da forma como é direcionada a temática do acervo (idem). O presente artigo consiste em analisar os diferentes discursos sobre o Genocídio Africano em museus de Salvador e Laranjeiras.

A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso, tendo como técnica a observação direta, além da pesquisa bibliográfica. A Análise de Discurso é entendida como ferramenta de compreensão de mensagens (transmitidas por textos, imagens, falas, sons) que carregam sentidos sociais amplos, reproduzindo, inclusive, relações de poder. O discurso é entendido, portanto, em um sentido amplo, como propõe Foucault (apud Gomes, 2014). Desta forma pretende-se compreender se os discursos presentes nos museus visitados reproduzem silêncios sobre a escravidão e formas de racismo.

A Relação entre Turismo e Museus

¹ Este artigo foi elaborado sob orientação da Prof^a Dr^a Mariana Selister Gomes (NTU/PPGS/UFS) e integra o Projeto de Pesquisa “Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Cidades Históricas: (des)(re)construções do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal”, que foi financiado pela CAPES e pelo CNPq, através da Chamada Pública nº 43/2013. Agradeço às instituições financiadoras a viabilização da pesquisa de campo em Salvador.

² Eline Ramos Costa. Acadêmica do Curso de Turismo / UFS. E-mail: elinercosta@gmail.com

³ Professora Doutora do Núcleo de Turismo e do PPGS / UFS. marianaselister@gmail.com.

No século XIX, as famílias nobres britânicas e a emergente burguesia industrial passaram a enviar seus filhos em viagens para aprender sobre grandes civilizações do passado, como Grécia e Roma. Estas viagens culturais pela Europa foram denominadas de *Grand Tour* (IGNARRA, 2003). Assim, a atividade turística possui uma estreita relação com a cultura e o aprendizado, sendo que as viagens com este enfoque específico são entendidas como Turismo Cultural.

O Turismo Cultural atende a uma parcela da atividade voltada para ações pertinentes à cultura, agregando um conhecimento mais aprofundado do local visitado pelo turista. Tem como objeto principal a utilização do patrimônio cultural, seja material (bens palpáveis, podendo ser definido como monumentos, sítios arqueológicos, igrejas, estátuas, pinacoteca, museus, entre outros), como também imaterial (bens não palpáveis como as práticas, costumes, danças, expressões e saberes de um povo).

É preciso destacar que o processo de patrimonialização de um bem cultural (e sua divulgação através do Turismo) implica uma seleção, que pode ter como consequência o esquecimento ou a lembrança histórica. No contexto social atual é percebido, como resultado desta seleção, uma elitização destes bens que se fazem lembrar no imaginário social; tendo como consequência, uma marginalização da memória cultural de muitos grupos que não detém o poder político, econômico e social.

Neste contexto Bourdieu e Passeron (apud Dias, 2006) definem este processo como arbitrariedade cultural, a qual acontece como resultado da seleção de significados culturais entre diversos grupos através de ações hierarquizadas de poder. Este processo implica também em violência simbólica (idem), como resultado das relações desiguais de forças, expressadas através das relações de poder estruturadas e institucionalizadas dentro de uma sociedade.

Neste sentido, os acervos que compõe os museus, são montados através de seleções, podendo estes espaços reproduzirem uma violência simbólica, ao excluirmos determinados grupos. Os museus são espaços de memória surgidos na Antiguidade Clássica como locais dedicados ao saber e ao deleite da filosofia, nomeados como “Casa das Musas” (Vasconcellos, 2006). Entretanto, com o caminhar da história, os museus tiveram seus sentidos alterados. Na Idade Média, a Igreja Católica era uma grande possuidora de coleções advindas das cruzadas. Na Idade Moderna, os Reis Absolutistas também possuíam coleções de arte e “Gabinetes de curiosidades”. Com a Revolução Francesa, e a Idade Contemporânea,

com seus ideais de liberdade e igualdade, os museus se tornam instituições públicas e, além de preservar coleções, os museus passaram a educar a população (IBRAM, 2014).

Atualmente, os museus exercem vários papéis para a sociedade, sendo um local que oferta lazer junto com descobertas e experiências (idem), e, cumprindo seu papel educador e facilitador de diálogos, entre o passado e o presente, e, conseqüentemente, reinventando-se para ser cada vez mais atual. Diante deste contexto, o turismo realizado de uma forma planejada, relaciona-se com o museu como um agente facilitador destes diálogos, trazendo fluxo e uso ao acervo – de nada vale guardar algo precioso se ninguém sabe o valor que tem. Por esse motivo é preciso que o acervo proporcione uma comunicação com o usuário do museu, para que este, de fato perceba o sentido do acervo.

Em vista disso, surge o museu integral. De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) menciona que:

[...]Uma instituição que é parte integrante e atuante da sociedade, que participa da formação de consciência das pessoas e grupos, situando suas atividades em quadros históricos, sociais, culturais e econômicos de forma a esclarecer os problemas atuais e contribuir para o engajamento dos indivíduos na transformação do contexto social em que vivem (Instituto Brasileiro de Museus 2014, p.21).

Desse modo, o museu se apresenta com o compromisso de participação atuante na formação de uma consciência histórica, social, cultural e econômica de alguns grupos para esclarecer e transformar o contexto em que vivem, com o papel de preservar essa história. Porém para esta consciência ser despertada, é de grande valia fazer uso de uma ferramenta que possibilite este processo: a Educação Patrimonial. Em vista disso, é primordial ter conhecimento dos fundamentos da educação patrimonial: "A educação patrimonial é entendida como um caminho pedagógico na construção da valorização dos bens patrimoniais em determinados espaços onde convivem diferentes grupos sociais" (Ribeiro; Santos, 2008, p.3).

Diante do que foi exposto, este artigo busca analisar o diálogo entre o acervo e visitante, e o compromisso que estes espaços precisam ter, para inserir uma reflexão, uma sensibilização e preservação da memória de alguns grupos sociais, vítimas de violência ao longo da História. Acredita-se que através do Turismo Cultural, da Educação Patrimonial e dos Museus pode-se contribuir para que estes grupos não sejam afetados pelo esquecimento e pela violência simbólica.

Entendendo a problemática afro-brasileira

A história da humanidade foi marcada por guerras e, conseqüentemente, muitas tragédias, justificadas por diversos motivos, os quais vão de afirmação de um ideal, expansionismo territorial até unificação religiosa. Nesta perspectiva, Pretende-se citar o sofrimento sentido por seres humanos que tiveram sua humanidade arrancada, privados de sua liberdade física, psíquica, social e cultural, os quais serviram de mercadoria em um comércio inexplicável aos olhos da sociedade atual, arrancados de seu convívio familiar, homens, mulheres, crianças e idosos africanos que foram vendidos no “mercado de gente”, sendo esta uma descrição sucinta do que hoje é conhecido como Escravidão Africana e Tráfico Transatlântico de Escravos, que perdurou do século XVI ao XIX.

Contudo, esta história foi narrada não pelas vítimas e sim pelos opressores, ficando evidente a tentativa de romantizar os fatos ou maquiagem o sofrimento sentido por essas pessoas, sendo mostrados muitas vezes como cúmplices de suas próprias sentenças. Essas tentativas podem ser facilmente encontradas através da literatura antiga e atual. Como exemplo de atualização desta narrativa desculpabilizadora dos agressores, pode-se citar um artigo publicado na edição de setembro de 2014 da Revista de História da Biblioteca Nacional, intitulada “Vende-se Gente”, onde aparece o seguinte esclarecimento:

Escravidão era prática usual na África antes de os europeus chegarem, quando virou negócio global, continuou enriquecendo africanos. Com quase quatro séculos de duração e mais de 12 milhões de seres humanos embarcados na costa africana, o tráfico transatlântico de escravos foi o maior fluxo migratório forçado da história, pelo menos até o século XX. E os beneficiários deste comércio, rapidamente transformado em um dos principais motores da economia mundial, não estava exclusivamente na Europa e na América. Os homens e as mulheres embarcados nos navios negreiros, eram capturados e negociados por africanos. O tráfico foi um negócio afro-europeu. A escravidão e o comércio de pessoas na África já existiam antes da chegada dos europeus. (RIBEIRO, 2014 P. 26).

Diante da citação da autora, fica clara a intenção de implantar uma ideia de responsabilidade mútua, entre africanos e europeus, assim, não existe um único culpado, renovando e atualizando a versão culpabilizadora das vítimas. Dessa forma, tais afirmações circulando livremente em um veículo de comunicação de fácil acesso, neste caso uma revista, pode se transformar em uma “arma” nas mãos de pessoas com propensões ao racismo, servindo como justificativa para ações discriminatórias.

Desse modo, uma versão mais responsável deste fato pouco se encontra em fácil acesso. Porém, sabe-se que, pessoas foram capturadas na sua terra natal e escravizadas no destino final, de geração em geração, por quase quatro séculos; vivendo através da prestação

involuntária da sua força de trabalho, sob regras impostas por aqueles que assumiram o papel de seus senhores.

Outra versão também pouco conhecida é a Resistência deste povo, como salienta Gorender (1950, p. 122) "Não é novidade que muitos escravos também resistiram por meio de atos contundentes, resistência individual através de fugas, agressões e atentados a senhores e feitores, e coletiva através de conspirações, levantes e organizações de quilombos". Em vários estados do país houveram organizações de resistência com destaque para a maior delas, O Quilombo dos Palmares, localizado em União dos Palmares/AL. Tais movimentos colocaram em dúvida a eficiência do sistema escravocrata vigente, junto com o crescimento do sistema capitalista que naquele momento passou a representar o sinônimo de “progresso”, juntos formaram fatores decisivos para a abolição da escravatura.

No entanto, a abolição da escravatura, em 1888, para a população recém-liberta, não apresentou significativas transformações. A condição de escravo persistia mesmo após a liberdade, não eram enxergados perante a sociedade como homens livres, merecedores de um respeito igualitário. Logo, é neste período, que começa a ser questionado pela comunidade intelectual brasileira o lugar social do escravo liberto (negro). Então inicia-se uma discussão: diante do atraso econômico e intelectual brasileiro em comparação com o progresso europeu, foi preciso apontar um culpado, neste caso, foi a sustentação econômica do país (escravidão), seus resquícios e a população negra.

Dessa forma, conseqüentemente, o negro é mencionado como incapacitado intelectualmente, diante das teorias da época, baseados no darwinismo social, apontando este como o protagonista deste atraso devido suas características inferiores, comuns à sua “raça”. Como explica Domingues (2004):

Os males do país, o atraso, o subdesenvolvimento, eram difundidos como de responsabilidade do negro, produtos de sua inferioridade racial. Como agente supostamente improdutivo, o negro era visto como encarnação do antitrabalho e, por conseguinte, negação viva do progresso do país (Domingues, 2004, p.52).

Tais afirmações serviram para acelerar o tão desejado progresso, que neste caso tem origem europeia e de cor branca. De acordo com o pensamento intelectual da época, essas eram as características suficientes para ser contemplado com passagem, trabalho e moradia neste país “atrasado”. É iniciada pelo governo a formalização da política de branqueamento da população, através do fomento a imigração europeia: “segundo a política do branqueamento, a miscigenação produzia naturalmente uma população mais clara, em razão

de dois fatores: primeiro, o branco era biologicamente superior ao negro; segundo, as pessoas tendiam a procurar parceiros mais claros para casar” (Domingues, 2004. p 255).

Essa política governamental de branqueamento contou com o apoio dos intelectuais brasileiros. No entanto, na década de 1930, esta política mostra sua falência, pois a população imigrante europeia não havia se misturado com a população brasileira, bem como, a população negra reivindicava intensamente seus direitos. Foi, então, que a mistura racial para branqueamento ganha outra interpretação, conhecida até os dias de hoje, a exaltação da mestiçagem.

Desde que cada um “saiba seu lugar” na hierarquia social. De acordo com Bernardino (2002, p. 250) "O mito da democracia racial ganhou sua elaboração acadêmica e alcançou o seu clímax por meio de Gilberto Freyre em sua Casa Grande & Senzala (1933), uma obra que viria a moldar a imagem do Brasil".

Complementando o pensamento do autor, é notável a tentativa de amenizar o que foi a escravidão para os olhos de quem não a viveu, ficando explícito essa tentativa ainda no título da obra de Gilberto Freire, quando nomeia como Casa Grande "E" Senzala, levando a entender que uma complementa a outra, quando na verdade poderia ser intitulado como, Casa Grande "versus" Senzala, desta forma se aproximaria melhor da realidade que foi a escravidão, aos olhos de suas vítimas.

Diferente do que aconteceu nos Estados Unidos da América e na África do Sul, onde ocorreu um regime forte de segregação racial, deixando explícita a presença do racismo naquela sociedade, aqui, a não existência de tal regime levou a um entendimento errôneo da sociedade brasileira como um ideal de convivência pacífica (Bernardino, 2002).

As ações praticadas por Getúlio Vargas (que terá como um dos seus intelectuais Gilberto Freyre) tem como consequência mais uma tentativa de encobrir a falta de assistência desta população. Após assumir o poder com a queda das oligarquias, Vargas inicia um projeto nacionalista tendo como proposta unificar o Brasil, estando no poder a partir de 1930 até 1945, (estando à frente da ditadura do Estado Novo).

O entendimento de nacionalizar, neste contexto, é tornar positivo o que era visto como negativo, como, por exemplo, a prática da Capoeira e do Samba, apresentando estes como elementos da identidade nacional. Esta nacionalização controlada, que retira o caráter de resistência e autonomia das culturas negras, pode ser entendida como uma manobra a fim de

controlar a população negra que se organizava, desta maneira, para reivindicar seus direitos e identidade.

Como acrescenta Ortiz (2006, p.44) “O mito das três raças é neste sentido exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais”.

Dessa forma, a política nacionalista de Vargas seleciona somente o que lhe convém, realçando elementos culturais da população negra, porém de uma forma alegórica, estereotipada, que retira seu caráter político e de resistência, para criar no senso comum essa ideia ilusória de convivência pacífica entre brancos, negros e mestiços no país, embutindo assim o ideal de branqueamento.

Impedindo a população negra de se organizar e ter acesso a direitos de forma específica. Segundo Neves e Domingues, (2012, p.238) “Os Anos de vigência do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizado por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatório”.

Com o fim da ditadura “Varguista” e após a tragédia racial da II Guerra Mundial (Holocausto), conforme Gomes (2014), na década de 1950 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) financiou um estudo para investigar as relações raciais no Brasil, que se divulgava como um país sem racismo. Neste projeto foi constatada a presença do racismo, questionando assim, o ideário da democracia racial, entendido agora como mito.

Neste período o Movimento Negro estava organizado a passou a lutar pela visibilidade do racismo e denunciar o mito da democracia racial. Tendo o Movimento Negro passado por altos e baixos no período do Regime Militar (1964-84), busca na contemporaneidade uma valorização não apenas cultural, como também a garantia de direitos sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, a partir de denúncias e protestos, o Movimento Negro exige do governo brasileiro a criação de ações reparativas, o que ficou definido como Política de Ações Afirmativas (Bernardino, 2002).

Tais ações nada mais são do que formas de reparar erros cometidos no passado, que acabam refletindo na realidade atual de pessoas que foram vítimas secundárias do sistema escravocrata brasileiro, as seguintes ações se baseiam em corrigir as desigualdades socioeconômicas e desvalorizações simbólicas advindas deste período.

Uma Ação Afirmativa bastante importante é a Lei 10.639/2003, a qual torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. A proposta desta lei é mostrar para alunos do nível básico a herança negra, apresentando o negro não como um escravo, e sim como vítima e resistente da escravização e como um sujeito importante na formação histórica do Brasil. O objetivo da lei é também resgatar a autoestima negra, através da exaltação dos grandes líderes negros e seus feitos para a história do país. Esta lei foi complementada pela 11.645/2008, que aborda a questão indígena.

Um passo de muita importância para fortalecer o debate mundial sobre ações que combatam o racismo, foi a Conferência Durban na África do Sul, a primeira conferência contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, entre os dias 31 de agosto a 8 de setembro de 2009, contou com a presença de 173 países, ao fim da conferência, foram elaboradas uma Declaração e uma Plataforma de Ação, a fim de direcionar esforços e concretizar as intenções da reunião⁴.

A forma de citar o negro, estereotipado em termos culturais e negligenciado nos outros aspectos, com realce apenas para suas contribuições culturais de maneira acrítica, sem entender a cultura como resistência, esta versão não se resume apenas no material didático das escolas brasileiras, mais também se estende até mesmo para as cidades históricas e seus patrimônios.

O Genocídio Africano em Espaços de Memória de Salvador

Este artigo é parte do projeto de pesquisa intitulado “Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Cidades Históricas: (des)(re)construções do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal”, o qual tem como objetivo analisar se as principais cidades históricas do período colonial, brasileiras e portuguesas, estão reproduzindo a ordem discursiva luso-tropical em suas narrativas patrimoniais e turísticas. Dentro desta proposta foi realizada uma visita técnica à Salvador (em agosto de 2014), com o objetivo de mapear os discursos que emergem no patrimônio histórico da cidade. Destaca-se que uma análise mais detalhada sobre os resultados da pesquisa em Salvador encontra-se em Gomes (2014).

Chegando à cidade, fica-se logo embebido pela energia exalada dos termos oriundos do Candomblé. É perceptível que a religiosidade afro faz parte do cotidiano dos residentes

⁴ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=13958>

desta cidade e o quão é comum ouvir de seus cidadãos os termos: “muito axé”; “cidade de todos os santos”. Estes fatos é facilmente entendível, pois trata-se de uma das cidades que mais receberam navios de tráfico negreiro no período colonial, em que o Brasil usava a mão de obra de pessoas escravizadas para se desenvolver economicamente.

Neste sentido foram feitas vistas aos Museus: Ilê Olhun Lailai; Museu Náutico de Salvador; e Museu Afro-brasileiro da Bahia. Além dos museus destacados a seguir, cabe citar a entrevista feita com a Vice Superintendente do IPHAN da Bahia, em exercício no momento. Como o objetivo da pesquisa se dá em observar as narrativas presentes nas cidades histórias, é de fundamental importância saber quais ações estão sendo feitas pelos órgãos responsáveis em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros.

A entrevista foi recolhida em forma de áudio e transferidas algumas anotações escritas, as quais servem como base para as seguintes pontuações: foi percebido, através das palavras da entrevistada, que há alguma mudança, mas que o IPHAN ainda continua com a política de “pedra e cal”, ou seja, priorizando o tombamento de bens históricos materiais de influência europeia, bem como, não há uma crítica a própria atuação do IPHAN. Quando questionada sobre estas questões, a entrevistada respondeu com a seguinte frase: “essas afirmações caíram por terra, depois que o órgão começou a tombar terreiro”. Assim, a entrevistada defendeu o IPHAN, afirmando que não há um elitismo nas políticas de tombamento. No entanto, ainda são poucos os bens tombados que não pertenciam a elite.

Um ponto importante é que a coordenadora pontuou sobre a importância do tombamento para quem está sendo contemplado, registrado na seguinte frase: “tem significado coletivo dependendo da natureza do bem, e terá uma perspectiva diferente, dependendo da vivencia...”. Por esse motivo, é importante dar importância ao tombamento dos terreiros, sendo estes detentores de uma riqueza, de significados e com diferentes funções interpretativas.

a) Museu Ilê Olhun Lailai

Este Museu faz parte dos elementos que compõem o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, o qual também dispõe de uma escola municipal, um barracão cultural, casas dos orixás e residências familiares. A visita ao museu foi guiada pela administradora do museu, que tem formação em Ciências Contábeis e é estudante de Museologia. A orientação da visita foi baseada nos preceitos hierárquicos da religião, onde o visitante não pode passar a conhecer os

objetos e artefatos pertencentes às entidades de maior autoridade antes de conhecer o Exu, o mensageiro. Assim, foi explicado pela orientadora, que as peças do qual o acervo é composto, foram todas usadas em cerimônias religiosas.

Desta forma, o roteiro apresentado foi mesclado com pontuações sobre o histórico do museu, e com fatos da vida pessoal da monitora, onde a mesma se refere aos negros como “meu povo”, e faz observações sobre a falta de interesse do povo negro sobre a sua própria história, devido à desvalorização histórica da origem negra do Brasil. Porém, a mediadora procura recuperar essa história da maneira que pode.

O público do museu e os visitantes externos do terreiro, são formados em sua maioria por pessoas consideradas da elite, talvez por se tratar de um museu tombado, ou talvez essa relação com certa elite tenha favorecido o tombamento do IPHAN. Essa questão foi realçada pela monitora, que falou sobre o público de pessoas ilustres do terreiro.

Um exemplo da diferença desse museu para outros que narram a história Afro-brasileira, segundo a monitora, foi a maneira de apresentar a religião, totalmente isenta do sincretismo religioso, sendo um “Candomblé puro”. Foi também realçada a ausência de uma figura tida como “maltrapilha”, o Preto Velho, figura esta, que não representa a proposta nem a forma de ser do terreiro.

Ao citar a credibilidade do museu no cenário museológico de cidade, a mediadora pontua sua importância, destacando que o museu teve uma participação na 3ª Bienal da Bahia, que estava acontecendo durante o nosso período de visita à cidade, intitulada “É tudo Nordeste?” A participação do museu foi desenvolver ações voltadas para apresentação das plantas medicinais do terreiro, através de uma visita guiada.

b) Museu Náutico de Salvador

Por ser o principal meio de deslocamento da humanidade na época da colonização, as embarcações marítimas usadas para desbravar os mares e explorar territórios além-mar, tornam-se, neste momento, um objeto de pesquisa do nosso estudo.

O presente museu tem suas instalações no Forte de Santo Antônio da Barra, a mais antiga edificação militar do Brasil, cuja construção data de 1534, sendo um dos principais pontos turísticos de Salvador. O Museu Náutico de Salvador é único no gênero em todo o estado, reunindo um valioso acervo de achados arqueológicos submarinos, transportados por

estas embarcações, e uma coleção de instrumentos de navegação e sinalização náutica, maquetes, miniaturas de embarcações, entre outras peças.

De acordo com as observações feitas nos painéis explicativos do museu sobre a história e a atuação da Marinha, e sobre a quem ela serve, foi percebido um enaltecimento da imagem dos portugueses e seus feitos nos trópicos, como mostra o recorte de um desses painéis:

Os desafios e os perigos não constituíam obstáculos aos nautas lusos que chegaram ao Brasil em 1500 com 9 naus e 3 caravelas 4 dessas naus afundaram antes de chegar à Índia com Cabral donos mares, portugueses acabaram com o mito do mar tenebroso, como era chamado o oceano atlântico, foram junto aos espanhóis e italianos, grandes navegadores e conquistadores (painel explicativo do Museu Náutico/Forte da Barra).

Logo, é percebido a forma heroica de apresentar o Português, chamado de “nautas lusos”, os quais romperam os perigos dos mares com sua bravura, em busca de grandes conquistas, sem nenhuma crítica. A narração escrita dos painéis, leva ao visitante uma impressão de retorno aos tempos de Brasil colônia, com termos que se referem aos primeiros contatos entre nativos e portugueses: “gentis” “línguas”, “patrícios” tornando precária e ineficiente a comunicação entre acervo e visitante, pelo o uso indevido do vocabulário para a atualidade.

Como a proposta do museu é relatar os diferentes tipos de embarcações usadas em diferentes épocas históricas, sem nenhum questionamento crítico o museu expõe uma peça, que diante do valor histórico merece destaque por se tratar do maior ícone de sofrimento de uma população: o Navio Negreiro.

Assim, sem nenhuma explicação crítica dos usos desumanos desta embarcação, fica exposta em forma de maquete, mostrando seu interior com miniaturas de pessoas acorrentadas e amontoadas nos porões e na parte superior a tripulação em posição de vigilância. Diante desta maquete o que se adequaria para descrever tal peça deveria ser “Crime Lesa Humanidade”⁵, no entanto, há apenas uma placa indicativa de “Navio Negreiro”. Devido a naturalização da narrativa do tráfico humano neste museu, os visitantes passam despercebidos por este trágico vestígio da diáspora africana. Logo, diante deste absurdo, vale ressaltar uma reflexão do diário de campo:

Percebendo a falta de compromisso com a forma de contar esta história, pude observar uma mãe que chegou com a filha e tentou explicar para a filha o sentido

desta maquete, onde a mesma disse para a filha: “-olha filha que interessante”.
(Diário de campo da autora, agosto de 2014).

Portanto, este é o resultado que esta peça provoca no visitante, simplesmente, “interessante”, sem reflexão nenhuma sobre o sofrimento alheio, o qual resultou em mais um, dos grandes genocídios na história da humanidade.

c) Museu Afro-brasileiro de Salvador

O museu nasceu de uma parceria entre o Brasil e países do Continente Africano, com ações voltadas para a temática histórica da africana, tendo em seu acervo peças vindas do continente, utilizadas por tribos em diversas cerimoniais e em funções domésticas, ferramentas de guerra, adornos corporais usados no dia-a-dia, entre outras peças.

A narrativa do museu apresenta uma certa incoerência em sua expografia. No que se refere as etiquetas indicativas, estas explicam qual a função cultural do objeto para a sociedade a qual pertence, assim, possibilitam conhecimento de vários povos africanos, cumprindo o papel do museu.

Mas, em outros momentos, em alguns painéis explicativos, quando se refere a pessoas escravizadas, estas são chamadas somente de escravas, levando a perceber uma falta de olhar crítico do museu sobre as mazelas da escravidão, levando a entender que a única condição de vida dessas pessoas sempre foi esta, e reforçando uma certa culpabilização dos próprios africanos. Cabe citar:

O tráfico de escravos subverteu as estruturas econômicas e sociais de inúmeras sociedades africanas que, no interior do continente, especializaram-se na captura, transporte e venda de escravos aos árabes e europeus. Em geral abandonaram as atividades produtivas tradicionais pela guerra de captura ou pelo rapto. O próprio sentido de escravidão nas sociedades africanas foi modificado. Antes, em geral, os escravos estavam a serviço das linhagens. A partir do tráfico seriam utilizados nas guerras, mas também ao trabalho agrícola para produzir víveres destinados aos exércitos e as caravanas ou como carregadores de mercadorias (Painel explicativo Museu Afro-brasileiro de Salvador/BA).

Desta forma, um espaço de memória que tem como função resguardar a história e a memória de um povo, mostra-os como coniventes de sua própria sentença, de maneira naturalizada foi mostrada a escravidão como algo normal.

Em outro painel, trata da “partilha da África” de forma também naturalizada e acrítica. A presença de europeus no continente desencadeou em diversas disputas coloniais, trazendo como consequência conflitos na sociedade africana, problemas étnicos, econômicos e políticos, explicando, assim, o principal motivo de tanta miséria, presente nesta sociedade

atualmente, pois o início da dívida externa tem origem neste episódio da história africana⁶. No entanto, no painel do museu o fato é contado assim:

Entre 1880 e 1900 o território africano seria dividido entre, Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Bélgica. Em 1911 foi à vez da Espanha e da Itália de reivindicarem sua parte. Apenas dois estados africanos mantiveram independentes: a Etiópia e a Libéria (Painel explicativo/Museu Afro-brasileiro de Salvador/BA).

Desse modo, repetindo assim, o mesmo discurso escolar, sem questionamentos quanto a reivindicação de direitos por parte das nações europeias sobre as africanas.

Quando questionada sobre a narrativa eurocêntrica do museu, em entrevista a coordenadora do Projeto Narrativas, durante nossa pesquisa de campo, a diretora do mesmo responsabilizou a gestão anterior sobre a narrativa dos painéis e manifestou interesse em reformulações. Afirmou estar ciente deste compromisso que o museu tem em repassar uma história da forma mais próxima do olhar da população negra, levando uma reflexão sobre genocídio africano, onde pessoas foram tiradas de seu convívio social para serem escravizadas e transformados em mercadorias.

O Genocídio Africano no Museu Afro-Brasileiro de Laranjeiras/SE

O município de Laranjeiras, distante 23 quilômetros da capital Aracaju, é um dos poucos no estado onde ainda se pode ver a força da arquitetura colonial: ruas, casarios, igrejas. No passado Laranjeiras já foi a mais importante cidade sergipana, berço da cultura, educação, política e da economia. Tendo em vista seu crescimento no período colonial, a Vila de Laranjeiras foi o centro de tensões sociais e raciais (SANTOS, 2008).

Estes conflitos foram oriundos da grande quantidade de engenhos e, consequentemente, pelas revoltas geradas a partir destas relações sociais. Em vista disso, nasce em fevereiro de 1976 o Museu Afro-brasileiro de Sergipe, pelo Decreto nº 3.339. Está localizado na cidade de Laranjeiras, na Rua José do Prado Franco, 70, o prédio onde está montado o Museu é do século XIX, com características arquitetônicas do neoclassicismo, uma edificação com dois pavimentos⁷.

Perante as pontuações descritas anteriormente a respeito do compromisso com a memória do Genocídio Africano no Brasil, a visita ao museu consistiu em analisar os seguintes pontos: narrativa, os temas abordados, as condições do cervo e do espaço.

⁶ Disponível <http://www.infoescola.com/historia/partilha-da-africa/>

⁷ Disponível no site oficial da Prefeitura de Laranjeiras: <http://www.laranjeiras.se.gov.br/>

a) Sala da Tortura

O próprio nome já adianta o tema, o acervo desta sala é composto de objetos utilizados para fins de torturar as pessoas escravizadas. O espaço da sala é muito pequeno, ficando até difícil a locomoção das pessoas, tendo uma réplica do tronco com correntes no centro; nas prateleiras estão expostos os objetos de tortura, datados do século XIX: Mordaça, palmatória, algemas e uma bola de ferro com 40 quilos. Nesta sala, a fim de ilustrar o uso dos objetos, apresenta-se exposto na parede duas réplicas das obras de Jean Debret (pintor, desenhista e professor francês), as telas mostram como eram aplicados os castigos com o uso das palmatórias e do tronco.

O mediador também faz ênfase na figura da escrava Anastácia, pois encontra-se também na prateleira um quadro muito conhecido, onde a mesma está usando uma mordaça. Destaca-se a fala do mediador: "escrava muito torturada por causa da sua beleza, tinha os olhos verde, então era muito torturada". Cabe ressaltar o sentimento sensibilizado de um visitante que estava no local também: -“ coitados viviam trabalhando, ainda tinham que apanhar". Percebe-se, na fala do visitante, certa sensibilização quanto ao sofrimento que a sala transmite por si só, no entanto, este sentimento é inexistente na fala do mediador.

b) Sala da Economia

Seu acervo é composto por objetos utilizados na lavoura, da cultura da cana de açúcar, objetos como: carro de boi, moenda, prensa cangas e uma réplica de uma casa de farinha. Percebe-se na fala do instrutor do museu a ausência de crítica sobre o acervo desta sala, a partir do momento quando cita que alguns utensílios como o carro de boi e a canga "também eram usadas por escravos em forma de castigo" (fala do mediador). A sala também apresenta um painel narrando a importância econômica da cultura do açúcar para o desenvolvimento do país. Quanto as etiquetas de identificação, todas estão em português. A visita é conduzida rapidamente, impossibilitando assim, uma maior reflexão do conteúdo.

c) Sala do Candomblé

Nesta sala, percebe-se que foi obedecido o sentido da hierarquia religiosa, quanto à disposição das peças, por ser o EXÚ (mensageiro) que dá início a exposição, a partir daí é percebido a presença implícita do sincretismo religioso sem ser citado as causas que

originaram este sincretismo. A partir da fala do mediador, quando cita o nome do Orixá para o Candomblé, procura também fazer referência da presença desta figura para o Catolicismo, sem citar que esta ação foi uma forma de resistência ao sistema escravocrata, que os obrigavam a seguir a religião dominante, neste contexto, o Catolicismo.

A sala é bem extensa, mas as roupas usadas para compor o acervo não são originais da religião, são réplicas feitas para o museu, transpassando uma visão alegórica nas vestimentas, ainda há à disposição dos visitantes três tambores no final do percurso, este sim são originais de uso da Religião.

d) Sala da Cozinha da Casa Grande

Os objetos que compõem esta sala pertenciam anteriormente à família que residia na casa onde está instalado o museu, a família Brandão, que possuía um comércio no térreo e a residência na parte superior. Os objetos são: uma mesa com louças inglesas, um armário com louças dentro, um fogão a lenha e o aparador com muitos moedores de café, pilão, vasos de cerâmica.

Na tentativa de ilustrar, ou trazer realismo, encontra-se na cozinha, mais especificamente entre o fogão e uma vassoura, um manequim destes encontrados em lojas de roupas, na cor preta. Este manequim faz referência a empregada doméstica da época, a mucama, vestida à caráter, carregando uma etiqueta onde diz: “traje da escrava doméstica”. Destaca-se a fala do mediador: “essa vestimenta representa a roupa usada na época, mas na verdade era feita com os sacos de café ou farinha”. Não há nenhuma crítica ao trabalho forçado, nenhuma reflexão sobre as condições de vida e de trabalho das pessoas escravizadas.

Considerações Finais

Diante do cenário atual, a sociedade brasileira necessita conhecer as diversas versões sobre a formação de seu povo, não somente uma versão estereotipada e eurocêntrica, mas sim baseada em outras perspectivas, que possibilitem um pensamento crítico sobre o que está sendo narrado. Em vista disso, este artigo buscou analisar o que contam espaços de memória de Salvador e Laranjeiras.

Foi percebido que os museus visitados, com exceção do museu Ilê Olhun Lailai, reproduzem a mensagem naturalizada do genocídio africano, tão desumano e vergonhoso para

a história da humanidade. Assim, negam, ou deixam de citar, a resistência desse povo ao sistema que lhes foi imposto.

Espaços de memórias que foram criados para resguardar parte dessa história, como é o caso do Museu Afro-brasileiro de Salvador, não tem uma sala voltada para exaltar esses heróis de resistência. Levando em consideração a janela de visibilidade que esse museu tem dentro da cidade de Salvador, isto seria importantíssimo.

Tratando-se da possibilidade de atração de público turístico, o museu Náutico tem um enorme potencial, o qual poderia ser melhor aproveitado para prestar um serviço social através do turismo, por meio de uma sensibilização do visitante através de uma melhor exposição da maquete do navio negreiro, a qual não deveria ser citada como mais uma embarcação, mas sim, com frases de impacto, que fizessem o público refletir.

No caso do Museu Afro-brasileiro de Laranjeiras/SE, as perspectivas não são as melhores. Há um silenciamento dos sofrimentos da escravidão e da resistência, líderes locais não são mencionados, apesar de haver relatos de muitos conflitos de resistência na região, presentes até nas manifestações culturais da cidade, a exemplo do Lambe-sujo X Caboclinhos⁸.

Por fim, destaca-se que é necessário um comprometimento maior quando a proposta é contar uma história, na qual os personagens foram privados de guardar ou repassar suas memórias (ao menos oficialmente), ficando a cargo de terceiros este compromisso. É necessário recorrer a diferentes meios e fontes de pesquisas para tornar as narrativas dos museus mais múltiplas e comprometidas com a igualdade social.

Referências

BERNARDINO, Joaze. Ações Afirmativas e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, no 2, 2002, pp. 247-273.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma História Não Contada**: Negro, Racismo, Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

⁸Representa as investidas dos índios (caboclinhos) aos quilombos (lambe-sujo) à mando dos capitães do mato, que agiam à serviço dos senhores de engenhos da região. Aqueles agiam com a promessa de poder ficar com tudo que pudessem arrecadar nessas investidas.

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**, São Paulo: Editora Ática, 1991.

GOMES, Mariana Selister. Narrativas Patrimoniais em Salvador: (des)(re)construção do mito da democracia racial brasileira, **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS**, GT32-Relações Raciais; desigualdades, identidades e políticas. 2014.

IBRAM, **Museus e Turismo: Estratégias de Cooperação**, Brasília: IBRAM, 2014.

IGNARRA, Luíz Renato. **Fundamentos do Turismo**, São Paulo: Editora Thomson, 2003.

NEVES, Paulo S.C, DOMINGUES, Petrônio. **A diáspora Negra em Questão: Identidades e Diversidades Étnicos-Raciais**. São Cristóvão: editora UFS, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico. **Turismo Cultural como forma de Educação Patrimonial para as Comunidades Locais**. Revista Itinerarium, v.1, 2008.

SANTOS, Zilná dos, Org: **Laranjeiras: Sua história, Sua Cultura, Sua Gente**. 2008. Prefeitura Municipal de Laranjeiras-SE.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e Museus**. São Paulo, Aleph, 2006. (Coleção Turismo).